

COMUNICAÇÃO EM SIMPÓSIO TEMÁTICO - HISTÓRIA POLÍTICA:  
CULTURA POLÍTICA, SOCIABILIDADES E IDEIAS (PROF. DR. ALEXANDRE  
MANSUR BARATA - UFJF)

**LUIZ AUGUSTO MAY E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: REFERENCIAIS  
TEÓRICOS DE MR. DE PRADT EM "A MALAGUETA" (1821).**

*Myriam Paula Barbosa Pires (my.paula@gmail.com)*

A comunicação pretende apresentar e discutir bases teóricas do redator do jornal - A Malagueta - Luiz Augusto May, a respeito da independência do Brasil. Muitos eram os referenciais políticos apresentados pelos veículos de opinião entre os anos de 1821 e 1822. Augusto May, por sua vez, estampou em suas páginas noções calcadas em alguns teóricos, tanto caudatários do movimento iluminista, quanto do liberalismo francês. Entre eles, destaco aqui, o pensamento do Abade Dominique Georges De Pradt. Referindo-se ao movimento liberal vintista luso, segundo observou, a obra de “De Pradt” deveria ser considerada, pois saiu à luz uns “quatro ou cinco anos antes dos recentes acontecimentos”. Para o redator de A Malagueta, as teorias lançadas por “De Pradt” em suas obras significavam grandes “profecias” por trazerem em si possibilidade de realização prática. Por este motivo, indicou a obra para os “portugueses, tanto aqueles que leram, quanto aqueles que não leram”. Suas ideias, segundo o redator, mereciam serem “meditadas por todo português constitucional”. Nesse sentido, May se baseava nas teorias de “De Pradt” para apoiar a desobediência ao Congresso luso. Tal desacordo deveria, entretanto, se concretizar no que chamou da “mais fina prudência”. Seu temor quanto à fragmentação territorial e à uma guerra civil gerou neste último a defesa de

uma autoridade forte no território americano, concretizada na figura de D. Pedro I. Na visão formulada por De Pradt, a separação entre os reinos de Brasil e Portugal era inevitável. Desse modo, para o Abade, D. João VI deveria permanecer na América, deixando o Reino luso como uma lembrança. Em Luiz May, o pensamento construído por “De Pradt” era usado como ferramenta que possibilitava pensar as questões relativas a se evitar o estado de separação política, pois representava uma “tremenda sentença”. Imbuído destes postulados, o redator pontuou em suas páginas malaguetais: “(...) E também fica evidente que jamais o soberano estabelecido no Brasil, se passar a Portugal, deixa atrás de si a independência estabelecida nas feitorias do Rio de Janeiro”. Entre as ideias ventiladas por jornal, constava a de que o teórico francês alertou para o risco iminente de uma separação política entre os Reinos de Brasil e Portugal, em caso de retorno da família real para Portugal. De outro lado, Luiz May atuava destacando o caráter positivo com o qual De Pradt avaliou “a grande obra do transferimento (sic) da Monarquia para o Brasil”, em fins de 1807. Já para o teórico francês, além de inevitável, como já referido, a separação entre os luso-americanos significava uma “consequência necessária do jogo geopolítico”, uma vez que a experiência das ex-colônias vizinhas (espanholas) teria influenciado a porção portuguesa na América. Conforme expôs o redator, o quadro político instaurado no Reino do Brasil necessitava da presença do Príncipe porque cada Província, na sua visão, seguiu à sua maneira mesmo tendo a família real na América. Sendo assim, a exigência por parte dos Congressistas de retorno do Príncipe para Lisboa deixaria para trás o que chamou de um grande “dilema”, conforme previsto por De Pradt; e que se traduzia no entendimento de que, uma vez retornando a Portugal a família real deixaria como rastro, e consequência, a independência política de sua mais importante colônia.